



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA APLICADA**

DANILE DE CARVALHO SANCHES

**AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE PELA METODOLOGIA MESMIS: UM
ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE BATATEIRA – BA**

**SALVADOR
2010**

DANILE DE CARVALHO SANCHES

**AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE PELA METODOLOGIA MESMIS: UM
ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE BATATEIRA – BA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Gilca Garcia de Oliveira

**SALVADOR
2010**

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB5 - 5-707

S211 Sanches, Danile de Carvalho
Avaliação da sustentabilidade pela metodologia MESMIS:
um estudo de caso na comunidade de Batateira - BA / Danile de
Carvalho Sanches. – Salvador, 2010.
62 f.; il.; fig.; graf.; quadr.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em
Economia) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Ciências Econômicas, 2010.

Orientadora: Gilca Garcia de Oliveira

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Metodologia MESMIS. 3.
Comunidade tradicional. 4. Indicadores de sustentabilidade. I.
Oliveira, Gilca de Oliveira. II. Título

CDU 333.76

DANILE DE CARVALHO SANCHES

**AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE PELA METODOLOGIA MESMIS: UM
ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE BATATEIRA – BA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovada em 15 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora

Orientadora: _____

Prof^a. Dr^a Gilca Garcia de Oliveira
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Prof Alynson dos Santos Rocha
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Prof^a. Angélica Araújo Corrêa
Faculdade de Biologia da UFBA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar força e saúde para traçar meus objetivos e segui em busca deles.

As pessoas que estiveram comigo no decorrer desses anos, em especial a minha mãe por viabilizar o início desse ciclo, a minha irmã Deise que me deu apoio, carinho e ambiente necessário para o desenvolvimento de meus estudos a e a Florisvaldo pela dedicação, amor e incentivo em todas as horas, boas ou ruins.

A minha madrinha, irmão e as minhas amigas(os) que de forma direta ou indireta contribuíram para consecução desse trabalho.

Agradeço ao grupo do projeto Marsol por fazer parte da minha vida, pela oportunidade concebida em realizar este trabalho e pelo apoio fundamental na construção desse projeto, em especial a Miguel Accioly pelas grandes contribuições informais ao meu trabalho, a Iris Gomes pelo aprendizado, Iara Icó, Naiara Maria, Paulo Henrique e Jussara.

A todos da comunidade de Batateira,- BA, pessoas que me acolheram de forma simples e atenciosa.

A minha orientadora Gilca Oliveira pela paciência e dedicação na construção desse trabalho.

Sem dúvida nenhuma, se não existisse o apoio de todos vocês o desenvolvimento desse trabalho não seria possível.

Obrigada!

RESUMO

O presente estudo realizou uma análise da sustentabilidade local da comunidade pesqueira de Batateira localizada no Baixo Sul Baiano-BA, de acordo com interpretação da própria comunidade. O intuito principal é de avaliar a ação do Projeto Marsol, identificando os principais entraves, potencialidades e perspectivas. Utilizou-se da metodologia MESMIS (*Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sostenibilidad*) que busca avaliar a sustentabilidade de sistemas produtivos nas dimensões social, econômica e ambiental. Esta metodologia, normalmente, é utilizada para avaliação de mudança de tecnologia em sistemas produtivos, mas foi adaptada de acordo com a finalidade desta avaliação. Contudo, foi mantido seu princípio de construção participativa com respaldo técnico de indicadores de sustentabilidade, apropriação dos mesmos e votação pela comunidade e análise do gráfico teia-de-aranha de forma imediata pelos participantes. Verificou-se, pelo diagrama de Venn, que a comunidade está vivendo um conflito fundiário e os maiores apoiadores para a resolução desses problemas tem sido o Projeto Marsol – Maricultura Familiar Solidária juntamente com o Projeto Geografar e a Comissão Pastoral da Pesca (CPP). O principal desafio apresentado nesta questão é a busca do apoio junto à representação quilombola, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Dentre os indicadores econômicos, verificam-se poucas oportunidades de trabalho e grande dependência da renda das famílias quanto aos produtos advindos do maguezal. No âmbito dos indicadores ambientais houve indicação contundente da redução dos estoques de mariscos no decorrer dos anos. Os indicadores sociais revelam as dificuldades enfrentadas pela comunidade devido ao seu isolamento e a carência das políticas públicas específicas como saúde e educação. Buscou-se verificar a avaliação quanto às ações do Projeto Marsol que está tendo muito boa recepção da comunidade, não somente pela ação na produção de ostras, mas especialmente, em seu apoio quanto às questões do conflito fundiário.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Metodologia MESMIS. Comunidade tradicional. Indicadores de sustentabilidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Número de comunidades quilombolas em Cairu.....	19
Figura 1- Estrutura Mesmis.	30
Figura 2 – Mapa de localização da comunidade quilombola Batateira, Bahia, 2010.....	32
Figura 4 - Casa da comunidade de Batateira destruída	33
Figura 5 - Crianças da comunidade	34
Quadro 2 – Número de participantes na oficina, Batateira, Bahia, 2010	37
Figura 6 - Aplicação da avaliação na comunidade	37
Figura 7 - Cédulas de votação	38
Figura 8 - Diagrama de Venn criado no dia da avaliação	39
Gráfico 1 – Avaliação dos indicadores sociais, comunidade de Batateira, 2010	40
Gráfico 2 – Avaliação dos indicadores econômicos, comunidade de Batateira, 2010... ..	44
Gráfico 3 – Avaliação dos indicadores ambientais, comunidade de Batateira, 2010.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS -	Agentes Comunitários de Saúde
CMMAD -	Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAPE -	Conselho Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca
CONAQ -	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas
CPP -	Comissão Pastoral de Pesca
FCP -	Fundação Cultural Palmares
FINEP -	Financiadora de Estudos e Projetos
GRPU -	Governadoria Regional do Patrimônio da União
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS -	Índice de Desenvolvimento Social
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MARSOL -	Maricultura Familiar Solidária
MESMIS -	Marco Para La Evaluación De Sistemas De Manejo Incorporando Indicadores de Sostenibilidad
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEAP -	Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca
SEPROMI -	Secretária da Promoção da Igualdade do Estado da Bahia
UFBA -	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A RELAÇÃO HOMEM E TERRITÓRIO	12
2.1 O HOMEM E A NATUREZA	12
2.1.1 Áreas Naturais Protegidas	12
2.1.2 Areas naturais protegidas no Brasil.....	15
2.2 COMUNIDADE QUILOMBOLA E TERRITÓRIO.....	16
2.2.1 TERRITÓRIO	16
2.2.1 Comunidades quilombolas e a luta pelo território.....	18
3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	20
3.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL.....	20
4 PROJETOS DE AÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES PESQUEIRAS	24
4.1 PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO.....	25
4.2 PROJETO MARSOL	27
5 AVALIAÇÃO PELA METODOLOGIA MESMIS.....	29
5.1. MESMIS.....	29
5.2. LEVANTAMENTOS DE DADOS.....	31
5.3. AVALIAÇÃO	36
5.4. RESULTADOS	38
6 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	49
REFERÊNCIA	51
APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

A linha costeira da Bahia é marcada por estuários, manguezais e recifes de coral (CORDEL, 2001). Nos manguezais do Baixo Sul Baiano existem diversas comunidades pesqueiras tradicionais que vivem em condições de isolamento e de extrema pobreza. A pesca e a mariscagem para subsistência e para complementação da renda é uma alternativa essencial para as pessoas dessa região.

Essas comunidades foram formadas por gerações sucessivas de trabalhadores excluídas e apesar de viver neste contexto de extrema pobreza e marginalização social, esses pescadores (a) e marisqueiras (a) consolidaram seu controle sobre o espaço marítimo, estabelecendo sistemas de direitos de pesca (CORDEL, 2001).

A comunidade pesqueira tradicional de Batateira que está inserida neste contexto de extrema pobreza tem como sede o município de Cairu, e há anos vem ocupando terras na vila de Garapuá. A principal fonte de renda neste local é a atividade extrativa da pesca e de mariscos na Costa do Dendê.

Cairu, é conhecida pelo seu aporte turístico, principalmente em Morro de São Paulo e em suas redondezas. A comunidade de Batateira fica fora deste forte circuito turístico, pois, embora seja de uma beleza singular, essa localidade está relativamente isolada, não possui praias balneáveis e estrutura turística básica atrativa a turistas nacionais e/ou internacionais.

No entanto, atualmente esta comunidade está sendo alvo de grandes disputas fundiárias. Tem havido sugestões de que há a intenção de se realizar um empreendimento turístico no local, esta sugestão surge do grande interesse repentino do pretense proprietário das terras que a comunidade ocupa e pela forma violenta como vem tratando a questão, inclusive com a coação pelo uso de armas.

O objetivo geral deste trabalho é justamente compreender, o cenário no qual o projeto Marsol, ligado a Universidade Federal da Bahia e que desenvolve atividade de extensão na produção sustentável de ostras, está se inserindo. Busca-se analisar, através do olhar da comunidade, o

cotidiano das famílias, suas relações com a natureza e a sociedade e a sustentabilidade destas relações. Para atingir o objetivo geral foram buscados três objetivos específicos, tais como:

- 1) Compreender a evolução do apoio à projetos de pesquisa e extensão em comunidades tradicionais no Brasil;
- 2) Conhecer a comunidade da Batateira, através dos materiais existentes sobre a comunidade;
- 3) Definir indicadores de sustentabilidade e identificar de forma participativa com a comunidade como ela se vê em todas as dimensões da sustentabilidade pela metodologia MESMIS.

Este trabalho está dividido em seis capítulos, contando com esta introdução e considerações finais. O capítulo dois discute-se a relação existente entre o homem e a natureza. No capítulo três observa-se a evolução do conceito Desenvolvimento Sustentável como aporte teórico para o uso da metodologia empírica, MESMIS. O capítulo quatro mostra um breve levantamento dos principais editais de pesquisa e extensão lançados no País nos últimos anos. O capítulo cinco desenvolve a metodologia utilizada e apresenta os resultados relacionados ao estudo de caso realizado na comunidade da Batateira. E por fim o capítulo seis que apresenta as considerações finais.

2 A RELAÇÃO HOMEM E TERRITÓRIO

2.1 O HOMEM E A NATUREZA

No início dos tempos as relações que o homem desenvolvia com a natureza eram consideradas relações divinas. O homem considerava que para cada fenômeno natural havia um deus: do sol, do mar, dos rios, das pedras, das plantações, da Terra, dos ventos, das chuvas entre outros. Esses deuses limitavam as intervenções que o homem desenvolvia junto à natureza, impedindo uma intervenção desastrosa, ou, sem uma justificativa plausível, pois existia o medo da vingança dos deuses. Enfim, natureza e homem era a mesma coisa.

Com a evolução da humanidade, os fenômenos naturais foram gradativamente perdendo valor e a natureza seu *status* de divina. Neste momento o homem passou a ser o deus, o centro de todas as coisas, passando a usar exaustivamente a natureza com o intuito de conseguir poder e dinheiro. Natureza e homem passaram a ser duas coisas distintas perpassando pelo conflito da dominação do homem pela natureza e da natural reação da mesma.

Hoje, é possível encontrar intervenções do homem na natureza em todos os ambientes. E elas são tão visíveis que se torna quase impossível encontrar natureza ou ecossistemas puros ou intocados.

Segundo Diegues (2001), há duas linhas de análise da relação homem/natureza existentes, a biocêntrica e a antropocêntrica. Na biocêntrica o homem está inserido no mundo como qualquer outro ser vivo. Na corrente antropocêntrica o homem tem direito de controle e posse sobre a natureza, sobretudo por meio da ciência moderna e da tecnologia. Neste sentido, a natureza não tem valor em si, mas se constitui em uma reserva de recursos naturais a serem explorados pelo homem.

2.1.1 Áreas Naturais Protegidas

É possível observar que a maior parte da produção de alimentos em todo o mundo provém direta ou indiretamente da natureza. A natureza é a mãe da maior parte dos bens existentes no mundo, é da natureza que o homem retira seus frutos. Mas, alguns desses frutos não são renováveis, e outros se renovam de forma lenta, não atendendo a exploração rápida e insaciável dos homens, causando a degradação ambiental e a perda da biodiversidade.

Em resposta a essa vasta degradação que vem ocorrendo em todo o mundo, surgiu, na Europa, as primeiras idéias para criação de áreas naturais protegidas. Apesar de a discussão ter iniciado na Europa, o primeiro parque natural protegido surgiu no EUA, em meados do século XIX. A idéia de criação de áreas naturais protegidas tem como base que esta área seja uma região natural, com beleza relevante e seja desabitada (DIEGUES, 2001).

Este local seria defendido pelo governo e o homem poderá fazer uso dele para apreciar a sua beleza e estar em contato com a natureza. Este modelo de criação de áreas naturais protegidas, desenvolvidos pelos Estados Unidos foi seguido por vários países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. Essas áreas tinham como base a restrição de moradia fixa e o exercício do extrativismo. Contudo, nos países subdesenvolvidos um empecilho foi encontrado para a criação dessas áreas, a existência dos moradores tradicionais do território, a exemplo dos índios e comunidades quilombolas. Essas populações vivem num sistema, no qual, se relacionam com a flora e a fauna, estando estes residentes no local e realizando a atividades de extrativismo. Devido a este fato, foi necessário reavaliar os modelos das áreas protegidas para os países subdesenvolvidos (DIEGUES, 2001).

Porém, em alguns países subdesenvolvidos o modelo dos EUA é implantado sem alterações de suas regras. São seguidos os pressupostos básicos do modelo, que veda a existência de moradia fixa e o exercício do extrativismo. A criação das áreas de preservação protegida nestes países é realizada através da transferência dos habitantes tradicionais para outras áreas. Porém é possível observar que essa transferência nem sempre é seguida de uma manutenção para as famílias transferidas. Essas transferências geram impactos não apenas para as famílias transferidas, mas também para o meio ambiente. A transferência dessas famílias pode não ser benéfica para o ambiente, pois os habitantes tradicionais estando no local podem frear a especulação imobiliária e a exploração da área por madeireiras ilegais e caçadores, atuando como moradores conservacionistas.

A relação dessas populações tradicionais com o meio ambiente é muito importante para a preservação das tradições e da natureza. As populações tradicionais vivem e sobrevivem de um modo distinto em relação às práticas do sistema capitalista. Eles buscam conviver com a natureza, respeitando seus limites, extraindo o suficiente para sua sobrevivência sem que para isso coloque em risco o ecossistema, respeitando o tempo e a hora da natureza.

Essas populações retiram da natureza seu sustento, tentando não causar danos irreversíveis para a natureza. Apesar de ser possível observar que em cada comunidade de população tradicional existe uma pequena produção mercantil, a finalidade na exploração dos recursos naturais não é a comercialização ampliada e por consequência o lucro monetário exacerbado, mas a sobrevivência. No entanto, a redução dos estoques produtivos e a redução da produtividade impõem um ritmo mais impactante na exploração da natureza, até mesmo como forma de sobrevivência.

Atualmente, as populações tradicionais se encontram de alguma forma influenciadas pelo capitalismo. Com a introdução de alguns modos de produção capitalista nestes pequenos locais, à modificação do modo de produção tradicional para o modo de produção capitalista é realizado de forma lenta mais precisa. Contudo, a introdução deste novo modo não destrói o anterior, não é porque agora existe o modo de produção capitalista de pesca, que o modo tradicional desaparece.

É importante ressaltar que voluntaria ou involuntariamente essas introduções dos modos de produção capitalista acabam por desorganizar as pequenas produções, pois, por exemplo, algumas pessoas começam a trabalhar no modo de produção capitalista, isso gera uma mudança social.

Segundo Antônio Diegues (2001), existe cinco tipos de propriedades além das Áreas Naturais Protegidas (Propriedades Públicas), contudo as mais relevantes são: a propriedade privada e a propriedade comunitária.

A propriedade comunitária se distingue das demais propriedades em relação a vários aspectos, dentre eles, está o da apropriação sem depreciação, isto é, esta propriedade é utilizada comunitariamente em uma área geográfica comum, utilizando os recursos vegetais e animais, mas sem causar danos irreversíveis para esta área.

Teoricamente, se pressupõe que esse tipo de propriedade degrada a natureza, contudo é possível observar que as principais depreciações que são causadas na natureza têm como sua principal origem as empresas privadas e públicas e o Estado. Essas duas entidades são degradadoras ambientais ativas. Mas, no oposto dessas duas entidades existem as propriedades comunitárias que estão assegurando o uso adequado e sustentável do meio ambiente.

2.1.2 Áreas naturais protegidas no Brasil

No Brasil o conceito de áreas naturais protegidas foi adaptado, pois neste país existem grupos sociais que viveram e vivem em contato direto com a natureza, como os índios e as comunidades quilombolas. Eles no seu ambiente natural transformam a natureza e se transformam com o passar dos anos.

A maior parte dessas áreas naturais criadas no Brasil está estabelecida nas áreas litorâneas do país e é ocupada por populações tradicionais que são caracterizadas por terem baixa escolaridade, pouco poder político e por se encontrar relativamente isoladas e sem registro de propriedade de terra (DIEGUES, 1994).

No caso específico do Brasil, a criação dessas áreas se deu em um momento histórico particularmente favorável, onde existia uma preocupação com rápida destruição dos ecossistemas naturais ou semi naturais de grande importância ecológica, como é o caso da Amazônia (DIEGUES, 2001).

Dentre esses interesses, tem-se o motor capitalista que devido as suas ambições insaciáveis pretende incorporar os territórios naturais em sua expansão urbano industrial. Contudo, Segundo DIEGUES (2001) a partir de 1990, pode-se assistir a oposição das populações locais à expulsão de seus territórios ancestrais. Essa reação tem como causas a reorganização da sociedade civil brasileira, através de um grande número de movimentos sociais, o ressurgimento de sindicalismo rural ativo de organizações não governamentais e um conjunto de alianças que inclui também uma parte do movimento ecológico.

A regularização desses espaços territoriais pelas comunidades residentes é realizada através dos movimentos sociais realizados pelas comunidades com o auxílio de alianças dentre elas, universidades e entidades não governamentais. Contudo, a regularização do território é uma luta que para a maior parte das comunidades ainda não teve um fim.

No Brasil as áreas protegidas são denominadas de Unidades de Conservação (UC) e são classificadas, de acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), criado pela Lei no. 9.985, de 18 de julho de 2000, em unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. As unidades de proteção integral são compostas pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre. Enquanto que as unidades de uso sustentável constam de: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (SNUC, 2000).

De acordo com o SNUC (2000) em artigo 18 “a reserva extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência é baseada no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura destas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. Este tipo de Unidade de Conservação é aquele que mais se aproxima das relações existentes entre homem e natureza nas comunidades tradicionais.

2.2 COMUNIDADE QUILOMBOLA E TERRITÓRIO

2.2.1 TERRITÓRIO

O território é um dos principais objetos das áreas naturais protegidas. Contudo, a definição de um conceito para este objeto de estudo é um desafio, pois esse difere de acordo com as correntes teóricas que trabalham o conceito. Cada corrente pode realizar interpretações diferentes para o mesmo objeto.

Segundo Antônio Diegues (2001, p. 20):

Finalmente, a permanência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas não se justifica somente pela proteção e pelo reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração em geração a respeito das condições naturais, pela necessidade de garantir seus direitos históricos a seu território, mas também com exemplos a serem considerados pela civilização urbana industrial na redefinição necessária de suas relações atuais com a natureza.

Um aspecto importante para ser ressaltado, em relação às populações tradicionais é o território, que é o espaço da natureza onde convivem e se reproduzem socialmente, tendo papel também de espaço simbólico, mitológico.

As populações agem então de acordo com seu espaço geográfico, seu sistema de representações, símbolos e mitos. Estas associações estão muitas vezes associadas a explicações míticas e religiosas. As representações religiosas são de extrema importância para as populações tradicionais, elas definem os limites onde o homem pode caçar e plantar, o que por consequência ajuda na preservação da natureza, pois as áreas intocadas por causa da religiosidade e dos mitos acabam se tornando reservas naturais. Contudo, essas populações não ficam imunes as agressões aos modos de vida tradicionais, estas agressões provém tanto pelo setor privado, como pela criação de novos modos de extração, como pela especulação imobiliária, retirando parte das terras dos moradores tradicionais, como pelo governo criando áreas naturais protegidas não habitadas, gerando impactos ecológicos e ambientais (DIEGUES, 2001).

Segundo Fernandes (2008) a definição de um conceito mais amplo ou mais restrito depende da intencionalidade do sujeito que elabora ou que usa o conceito. Sendo que, o mesmo defende a utilização de um conceito mais longo.

Cada território é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas ações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. (FERNANDES, 2008, p. 279).

Já Milton Santos (2000, p. 26) trabalha o conceito de território usado, no qual diz que “(...) o importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual”.

Enquanto Souza (1995) incorpora a análise de território para além de um substrato, mas um espaço social, um campo de forças, onde as relações de poder estão espacialmente delimitadas e operando sobre este substrato de referência.

É neste ponto que a luta pelo território exerce papel essencial para a minimização das disparidades entre os benefícios dos capitalistas e a exclusão e expropriação das comunidades tradicionais. Dentre as comunidades que lutam pelo território existem as comunidades quilombolas. Essas comunidades vem há anos lutando pelo direito de permanecer em suas terras de origem. A Constituição de 1988 garante a esse grupo social seu direito, mas o caminho para alcançar esse direito é longo e tortuoso.

2.2.1 Comunidades quilombolas e a luta pelo território

As comunidades quilombolas no decorrer dos anos pressionam o Estado para que seus direitos de garantia a posse da terra sejam reconhecidos. Apesar de existir na Constituição de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a garantia desse direito. Existe uma lentidão na execução dos procedimentos para garantir esse ato. Contudo, em 2003 o cenário da luta destas comunidades modifica-se. Segundo Oliveira e Germani (2006, p. 86):

Em Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003, revogando o Decreto 3.912/01, considera-se remanescente de quilombos a comunidade que se auto-reconhecer enquanto tal, encaminhando solicitação, por meio de declaração simples com dados de ancestralidade negra, trajetória histórica, resistência à opressão, cultos e costumes, dirigida à FCP, que certifica a Comunidade Quilombola. Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, coube a competência de regulamentar os procedimentos para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e o registro das terras ocupadas por estas comunidades.

Para o reconhecimento de seus territórios, primeiramente a comunidade quilombola tem que se reconhecer enquanto tal junto à Fundação Cultura Palmares (FCP) que tem como função emitir uma declaração referente a esta comunidades. Neste momento a comunidade quilombola é reconhecida como sendo certificada. Posteriormente, ela deve solicitar ao INCRA, que é o órgão responsável pela titulação, que seja realizado o relatório técnico para identificação, delimitação e demarcação do território quilombola.

No estado da Bahia, o número de comunidades que se auto-reconhecem como quilombolas é de 671. Deste total, 86 tem processo de reconhecimento aberto no INCRA. Tem-se que menos de 50% (324) tem a certificação da FCP e três delas já possuem a titulação de seu território. Como pode ser visto através do Quadro 1, no Baixo Sul Baiano, especificamente no município de Cairu, o número de comunidades que se auto-intitula quilombola representa em torno de 1%, o que equivale a seis comunidades, do total da Bahia. Sendo que dessas seis, cinco possuem a certificação e nenhuma foi titulada.

Município	Comunidades	Certificação da FCP
Cairu	Galeão	13/03/2007
	Serrinha	
	Rua do Fogo (+ Cajazeiras, Prata)	07/02/2007
	Batateira	06/07/2010
	Torrinhas	13/12/2006
	Vila Monte Alegre	12/05/2006
Total Cairu	6	5
Total Bahia	671	324

Quadro 1 – Número de comunidades quilombolas em Cairu.

Fonte: Fundação Cultura Palmares, setembro de 2010.

Dentre as comunidades quilombolas de Cairu, tem-se a Batateira, comunidade investigada neste estudo, já certificada pela FCP em 06/07/2010.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

No decorrer dos anos pode-se analisar a evolução da humanidade. O crescimento da população humana é um dos resultados que deriva dessa evolução. Este crescimento sem planejamento e desorganizado gera profundas modificações nos ecossistemas naturais, pois aumenta a demandas por alimento, água, energia e bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas.

A grande explosão demográfica causou e causa diversos impactos ambientais, muitas vezes irreversíveis. Esta explosão gera uma maior exploração dos recursos naturais do planeta, acelerando assim o processo de sua degradação. A utilização irracional dos recursos existentes no planeta pode levar a um maior enfraquecimento da infra-estrutura natural, da qual todas as sociedades dependem, e causar danos irreversíveis ao meio ambiente.

Com o intuito de conter essa exploração, existem duas atitudes que podem ser tomadas. A primeira é a criação de ações mais incisivas quanto às atitudes destrutivas, realizadas pelo homem, com o objetivo de agregar riqueza e conseguir poder. A outra forma é através de criação das Áreas Naturais Protegidas. Essas ações seriam uma forma de garantir a manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.

Em resumo, pode-se definir que o grande desafio hoje da sociedade moderna, está baseada na necessidade cada vez maior dos seres humanos em buscar um modelo plausível de interação entre o homem e a natureza.

3.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

O mundo até os meados da década de 1960 viveu com base em uma visão na qual o sistema econômico não tinha limitações. Existia disponibilidade dos recursos naturais e a utilização do mesmo podia ser realizada por um tempo indeterminado e de forma indefinida. Neste período, iniciaram-se as discussões relacionadas com o meio ambiente que foram realizadas pelo

Clube de Roma, que reunia cientistas, pedagogos, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos e tinha como objetivo o debate da crise atual e futura da humanidade (UNEP, 2004).

No início da década de 1970 este debate foi intensificado. Esta intensificação é resultado do aumento da extração dos recursos naturais, do aumento da poluição e do alerta sobre o crescimento populacional. Mas somente na década de 1980, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Essa Comissão tinha em seus objetivos principais: recomendar ações de cooperação entre países em diferentes estágios de desenvolvimento, propor soluções para a obtenção de um desenvolvimento sustentável de longo prazo, estabelecer estratégias para a comunidade internacional poder lidar com a questão ambiental (UNEP, 2004).

Os estudos sobre o conceito e o significado do desenvolvimento sustentável foram aprofundados na década de 1990, esta foi a época em que se obteve uma melhor compreensão sobre o assunto. Com isso, se deu, de forma ampliada, a convicção de que os problemas ambientais estavam se agravando e intensificando.

Dois anos mais tarde, no hemisfério Sul, em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro/Brasil, ocorreu uma conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento, neste momento o conceito de desenvolvimento sustentável foi disseminado para todo o mundo. Esta conferência conseguiu reuniu mais de 100 chefes de estado e proporcionou um debate sobre questões ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento enfatizando os diferentes pontos de vista dos hemisférios norte e sul (VEIGA, 2005).

Após esta Conferência, a Rio-92, o desenvolvimento sustentável ganhou força em sua plenitude, ocupou importante espaço nos meios de comunicação de todo o globo e ganhou força mundial. Entre os documentos resultantes dessa conferência, tem-se a Agenda 21, um compromisso político das nações de agir em cooperação na busca do desenvolvimento sustentável, sendo que, cada nação envolvida neste compromisso se incumbiu de criar a sua própria agenda diretiva. Dez anos depois, em Johannesburgo, foi realizada a II^o Conferência sobre Meio Ambiente. O objetivo dessa II^o Conferência foi a de discutir a implementação das propostas da Agenda 21. Devido às dificuldades enfrentadas, reduziu-se o foco da discussão, foram consideradas apenas as questões mais básicas contidas na agenda 21, como questões

ligadas à água e ao saneamento, conservação da biodiversidade, acesso a energia limpa e renovável, agricultura e direitos humanos.

Hoje, o desenvolvimento sustentável é um assunto disseminado em todos os países do mundo, sendo tema de grandes debates. Estes debates são decorrentes muitas vezes das dificuldades encontradas para a definição de um conceito forte e único.

A perspectiva sobre o tema desenvolvimento sustentável calcada no trabalho realizado de Caporali (2002) tem como inspiração a tradição institucionalista da teoria econômica e esta corrente busca combinar os mecanismos de correção econômica com medidas de controle administrativo e sistemas de decisão pactuada entre os diversos atores da sociedade civil: Estado, empresas e organizações não governamentais. Um ponto importante observado pelo autor é que o desenvolvimento sustentável considera inevitável o questionamento da radical desigualdade dos modos de consumo entre as diversas economias nacionais, já que existe uma impossibilidade de ordem energética e material de extensão dos modos de consumo dos países ricos aos países pobres dadas as atuais estruturas tecnológicas.

De modo geral definiu-se, o desenvolvimento sustentável, como a utilização dos recursos para satisfazer as necessidades atuais sem sacrificar as necessidades futuras. É necessário então que exista uma responsabilidade da população atual com a população futura, esta responsabilidade consiste em não incorrer em ações irreversíveis capazes de alterar negativamente o modo de vida das populações. Para realizar este objetivo é necessário que exista uma harmonização dos objetivos econômicos, sociais e ambientais (VEIGA, 2005).

Segundo Veiga (2005) a melhor forma atualmente para poder se mensurar o Desenvolvimento é através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele engloba os indicadores de educação, riqueza, saúde e ilustra com clareza a diferença entre rendimento e bem estar. Além do IDH, existem outros índices, dentre eles o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) este engloba cinco componentes de pesos iguais:

- a) saúde;
- b) educação;
- c) trabalho;
- d) rendimento;
- e) habitação.

A diferença do IDS para os demais índices, é que este inclui um indicador de desigualdade, um indicador de acesso a bens fundamentais e um componente relativo ao emprego.

É importante ressaltar que a busca pelo desenvolvimento sustentável é um dos objetivos almejados pelas nações. No intuito de alcançar esse objetivo, o governo lança mão de algumas políticas públicas. Essas políticas devem proporcionar a elevação das oportunidades sociais, como também, o aumento da renda ao mesmo tempo em que garanta a conservação dos recursos naturais.

Enfim, o Desenvolvimento Sustentável pode ser definido como aquele que deve satisfazer a necessidade do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades (VEIGA, 2005).

4 PROJETOS DE AÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES PESQUEIRAS

Os Governos Federal, Estadual e Municipal com o objetivo, alcançar a efetividade do conceito do desenvolvimento sustentável utilizam de Políticas Públicas.

As Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado (TEIXEIRA, 2002). Um dos objetivos das políticas públicas é a promoção do desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas. Uma das formas utilizadas pelos Governos para o alcance deste objetivo é a realização de projetos de pesquisa e extensão.

Segundo Teixeira (2002, p. 05):

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade.

A atuação dos projetos de pesquisa e extensão apóia-se em parcerias do governo com as instituições privadas e as organizações não governamentais. Assim, são identificadas temáticas estratégias para o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão e, posteriormente são lançados editais públicos para que projetos possam concorrer a recursos públicos.

Uma parcela dos projetos de pesquisa e extensão são implantados em locais com baixo desenvolvimento. Na Bahia, especificamente no Baixo Sul, muitos são os projetos implantados, a maior parte deles são voltados para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região, sendo que, grande parte desses projetos, na região de Cairu, estão ligados a pesca, que é a principal atividade econômica das comunidades tradicionais da região.

Alguns dos órgãos governamentais que apóiam o desenvolvimento dos projetos ligados a atividade pesqueira no âmbito federal e estadual são respectivamente o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Bahia Pesca.

O marco inicial da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura se deu no dia 1º de janeiro de 2003, quando o Governo Federal criou a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP). O órgão federal, ligado à Presidência da República, ficou responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro. Na 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, promovida pela SEAP e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca (CONAPE) a proposta de centralização de todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor em um único órgão de governo e a transformação da SEAP em Ministério foi aprovada. O Ministério da Pesca e da Aquicultura é um órgão da administração federal direta responsável pela implantação de uma política nacional pesqueira e aquícola, transformando esta atividade econômica em uma fonte sustentável de trabalho e renda (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2010).

No âmbito estadual, tem-se a Bahia Pesca, criada em 1982. A empresa atua na atração de investimentos, desenvolvimento científico, tecnológico, criação de pólos produtores e fortalecimento das cadeias produtivas. A Bahia Pesca tem como finalidade fomentar a aquicultura e a pesca, mediante a implantação de projetos sustentáveis observando a natureza econômica, social, ambiental e cultural, como forma de contribuir para o desenvolvimento do estado da Bahia (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2010).

4.1 PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

Este tópico busca identificar os principais projetos de pesquisa e extensão que foram e que estão sendo desenvolvidos na área pesqueira no País. Foi possível identificar os Projetos apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Petrobras e FINEP.

A pesquisa realizada englobou os anos de 2003 até o 1º semestre de 2010¹. Ressalta-se que no site da Petrobras existem editais apenas dos anos de 2004 e 2006, nos demais anos não houve publicação de editais. No 1º semestre do ano de 2010 houve o lançamento de editais, contudo ainda não houve divulgação dos resultados.

Em relação aos financiadores, CNPQ e FINEP, é possível observar que em alguns anos não aparecem editais de tais financiadores na área pesqueira. Observa-se que esses projetos têm como objetivo o apoio as atividades de aquicultura tendo como intuito final a geração de emprego e renda para os beneficiários.

Tem-se que, no ano de 2003, publicou-se somente um edital, financiado pelo CNPq denominado de “Expandir a produção do conhecimento aplicado sobre Aquicultura”. Verifica-se que nos anos seguintes, exceto no ano de 2005, não foram registrados o lançamento de editais. No entanto, o aumento no número de editais abertos nesta área tem sido significativo. No ano de 2004 houve seis editais, todos financiados pela Petrobrás. Enquanto que, em 2006, o número de editais abertos atinge seu ápice, com um total de nove editais na área, sendo sete destes financiados pela Petrobrás e dois pelo CNPq. O ano de 2007 assiste a uma queda de mais de 50%, com apenas quatro editais da Petrobrás e do CNPq. Nos anos seguintes, 2008 e 2009, assiste-se uma queda ainda superior a 50%, apresentando um único edital, em cada um destes anos, financiado pelo CNPq. Porém, é possível observar que apenas no 1º semestre de 2010 as mudanças são significativas, registrando-se um total referente a três editais.

Ressalta-se que, a maior parte desses projetos foram financiados pela Petrobrás, totalizando um número de 17 editais, esta maior quantidade deve-se ao fato da Petrobrás ter a obrigação de gerar uma contrapartida para a sociedade, devido aos danos que ele causa ao meio ambiente. O segundo maior financiador é o CNPq, com um total de sete editais, o que representa uma queda superior a 50%. Aparecendo no final, com apenas um edital temos a FINEP.

No âmbito do Estado da Bahia, apenas um projeto foi identificado, O “Projeto pescadores de futuro - gestão associativa em aquicultura e pesca na costa dos coqueiros”, financiado pela

¹ Apêndice A.

Petrobrás, no ano de 2004. Os demais projetos encontram-se no Estado da Amazônia, Espírito Santos, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima Santa Catarina e São Paulo, Sendo que o Estado de Pernambuco, Amazônia e Rio de Janeiro se destacam com o maior número de projetos, respectivamente quatro, três e três projetos.

Os recursos destinados a esses projetos têm seus valores variando de R\$400.000,00(quatrocentos mil reais) até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Sendo os objetivos de cada um deles bem distintos, aqueles que consistem em um valor menor tem como objetivo principal o aprimoramento das cadeias produtivas. Em contrapartida, aqueles que apresentam um valor superior têm como foco a implantação de uma infraestrutura para desenvolvimento e ordenamento da aqüicultura.

Dentre todos os projetos implantados no Baixo Sul da Bahia ligados ao setor pesqueiro, tem-se o Projeto Marsol, realizado por uma equipe interdisciplinar do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia.

4.2 PROJETO MARSOL

O Projeto Marsol começou a ser desenvolvido no ano de 1996, sendo inicialmente denominado de Marsol CNPq. O ponto de partida foram as características típicas das localidades que estão diretamente ligadas a um grande potencial ambiental e econômico, a atividade de Maricultura. Aliado a crescente necessidade mundial de produção pesqueira para alimentação, em função da redução dos estoques naturais de pescados e do crescimento demográfico. Em meio a esse crescente potencial constatou-se o desafio de implantar a maricultura com técnicas mais produtivas e conservacionistas em uma conjuntura de produção tradicional de pesca e mariscagem, onde pode se encontrar resistências culturais, políticas e limitações técnicas para a evolução da atividade (ACCIOLY; CORREA; GOMES, 2007).

Com o intuito de dar continuidade a essa iniciativa, tem-se no ano de 2006, o Projeto Marsol - Maricultura Familiar Solidária. Este Projeto foi realizado a partir da Grupo Ecomar/UFBA, sendo caracterizada como uma atividade de extensão formada por uma equipe interdisciplinar

que engloba professores e estudantes de diversas unidades da UFBA. Dentre as áreas tem-se: Administração, Biologia, Ciências Econômicas, Ciências Sociais e Secretariado Executivo. Cada pessoa se aloca nas atividades do projeto de acordo com sua área de atuação. Os biólogos trabalham no campo, contribuindo com as técnicas necessárias para a criação da cadeia produtiva. Os sociólogos e os economistas têm uma atuação direta com a comunidade e a administração financeira do Projeto é de responsabilidade dos administradores.

A base para a construção do Projeto Marsol busca compreender as experiências de projetos anteriores para alcançar maior êxito. Dentre os projetos bases tem-se o cultivo de camarões em Gaiolas, em Barra de Serinhaém-BA; o projeto piloto na Vila de Guarapuá, e Gestão dos Recursos Ambientais do Baixo Sul (ACCIOLY; CORREA; GOMES, 2007).

Atualmente, o projeto Marsol apresenta suas bases e sua equipe bem definida. A estrutura física encontra-se na sala do Grupo Ecomar, no Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia. Seu principal foco é a construção de uma produção sólida e sustentável, assim como uma comercialização eficiente de ostras. São quatro as comunidades que estão sendo atendidas pelo Projeto Marsol, todas elas localizadas no Baixo Sul Baiano: Barra dos Carvalhos, Galeão, Taperoá e Batateira.

Em todas as comunidades estão definidas as famílias produtoras e suas estruturas produtivas instaladas. O principal desafio, no momento, vem sendo a construção da rede dos produtores e de comércio que seja apta para o escoamento da produção de acordo com as exigências do mercado. Atualmente, a demanda por ostras no estado da Bahia vem sendo atendida pela produção originária do estado de Santa Catarina.

5 AVALIAÇÃO PELA METODOLOGIA MESMIS

5.1. MESMIS

Para a avaliação de sustentabilidade foi utilizado como referencial teórico a metodologia *Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sostenibilidad* (MESMIS) que tem como base a avaliação da sustentabilidade de sistemas produtivos dentro de seus aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Os princípios da técnica do MESMIS são: a apropriação coletiva da realidade local, a construção conjunta dos indicadores por pesquisadores e validada pela comunidade, a votação e, por fim, a análise coletiva dos resultados por meio do gráfico teia-de-aranha. A utilização desta técnica permite identificar como é compreendido cada um dos indicadores pela comunidade além de permitir uma reflexão coletiva a respeito dos mesmos.

A relação estabelecida entre os atributos gerais e os critérios de diagnóstico pode ser vistos na Figura 1.

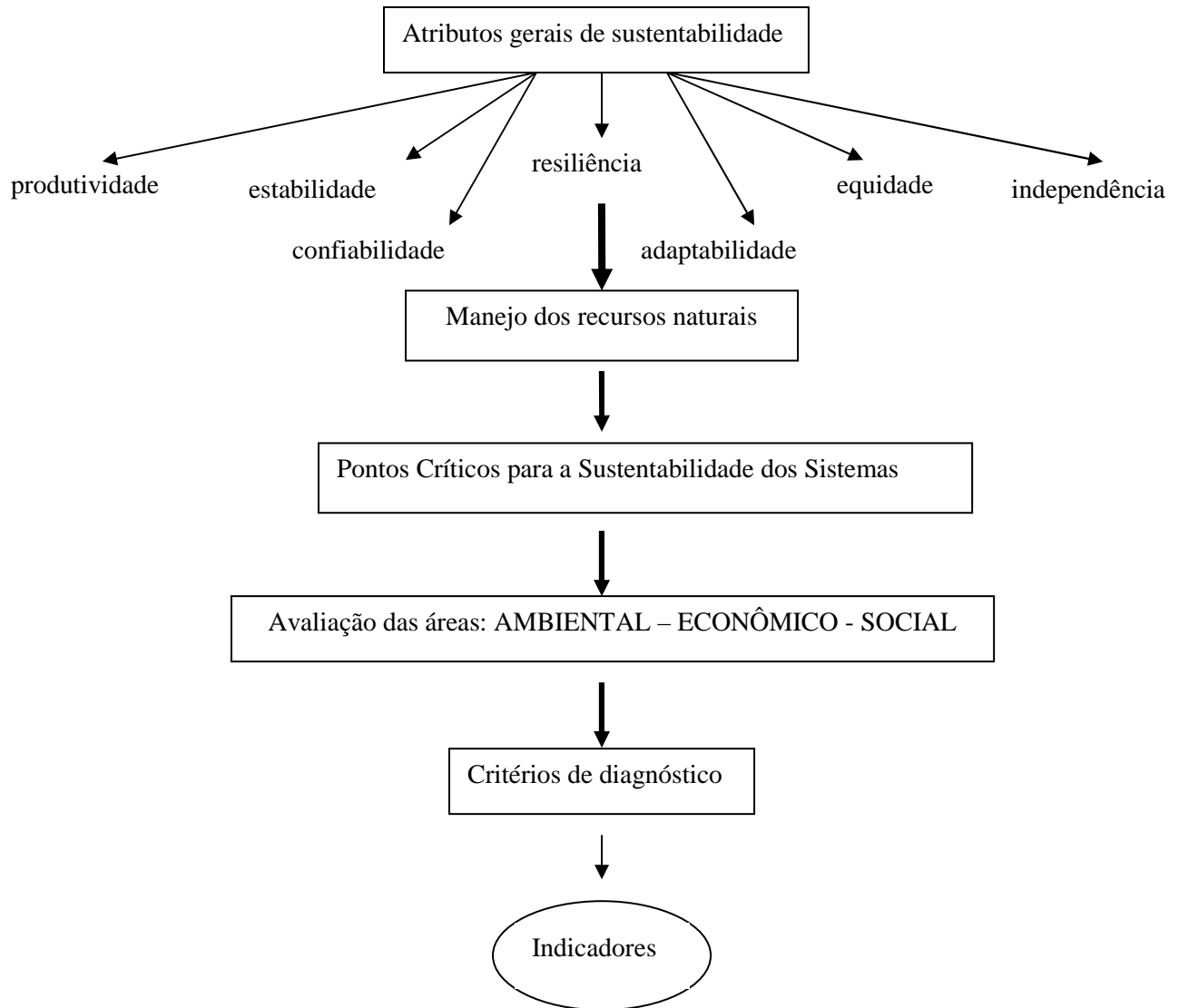


Figura 1- Estrutura Mesmis.

Fonte: Adaptado de López-Ridaura, Masra e Astier (2002)

Este método foi adaptado de acordo com a finalidade desta avaliação, mas foi mantido seu princípio de construção conjunta e técnica dos indicadores, votação e análise participativa do gráfico teia-de-aranha. O método MESMIS teve as seguintes etapas:

I. Levantamento bibliográfico sobre as condições de vida

Esta foi uma etapa fundamental do estudo, uma vez que, o levantamento auxilia na construção dos indicadores e no desenvolvimento da avaliação. Ele é considerado um fio condutor do processo. A partir das informações levantadas é possível observar o cenário da comunidade de Batateira.

II. Definição dos indicadores

A definição dos indicadores foi realizada a partir de uma primeira proposta por meio de uma listagem elaborada a partir do conhecimento adquirido sobre a comunidade. Posteriormente, estes indicadores foram ajustados juntamente com os pesquisadores do Projeto Marsol.

III. Avaliação

A avaliação foi realizada em uma oficina na comunidade de Batateira no dia 06/12/2010. Nesta oficina foi apresentada a metodologia e sua finalidade é a apropriação coletiva da realidade local, a construção conjunta dos indicadores por pesquisadores e validada pela comunidade. Para a votação e análise dos resultados foram utilizados cartazes com os gráficos teia-de-aranha previamente construídos com os indicadores propostos pela equipe do projeto Marsol.

Optou-se pelo método do MESMIS, porque ele permite que o avaliador, enquanto agente externo possa conduzir o grupo a uma reflexão conjunta proporcionando espaços de diálogo e avaliação. Compreende-se que o avaliador de um processo como este deve ser somente um instrumento que apóie o grupo a expor, refletir e buscar soluções conjuntas para a continuidade das atividades; conduzindo e orientando o eixo central do debate. Na utilização desta metodologia o avaliador é considerado apenas um intermediador do processo.

5.2. LEVANTAMENTOS DE DADOS

A comunidade

A comunidade de Batateira está localizada às margens do rio Garapuá, Ilha de Tinharé – Boipeba, Município de Cairu-Ba, distando 306 km de Salvador (Figuras 2 e 3).

Cairu e suas redondezas são conhecidos pelo seu aporte turístico, principalmente em Morro de São Paulo e Boipeba. Contudo, a comunidade de Batateira fica fora deste circuito turístico muito forte da região, pois, embora seja de uma beleza singular, essa localidade não possui praias balneáveis, não atraíndo os turistas nacionais e/ou internacionais.

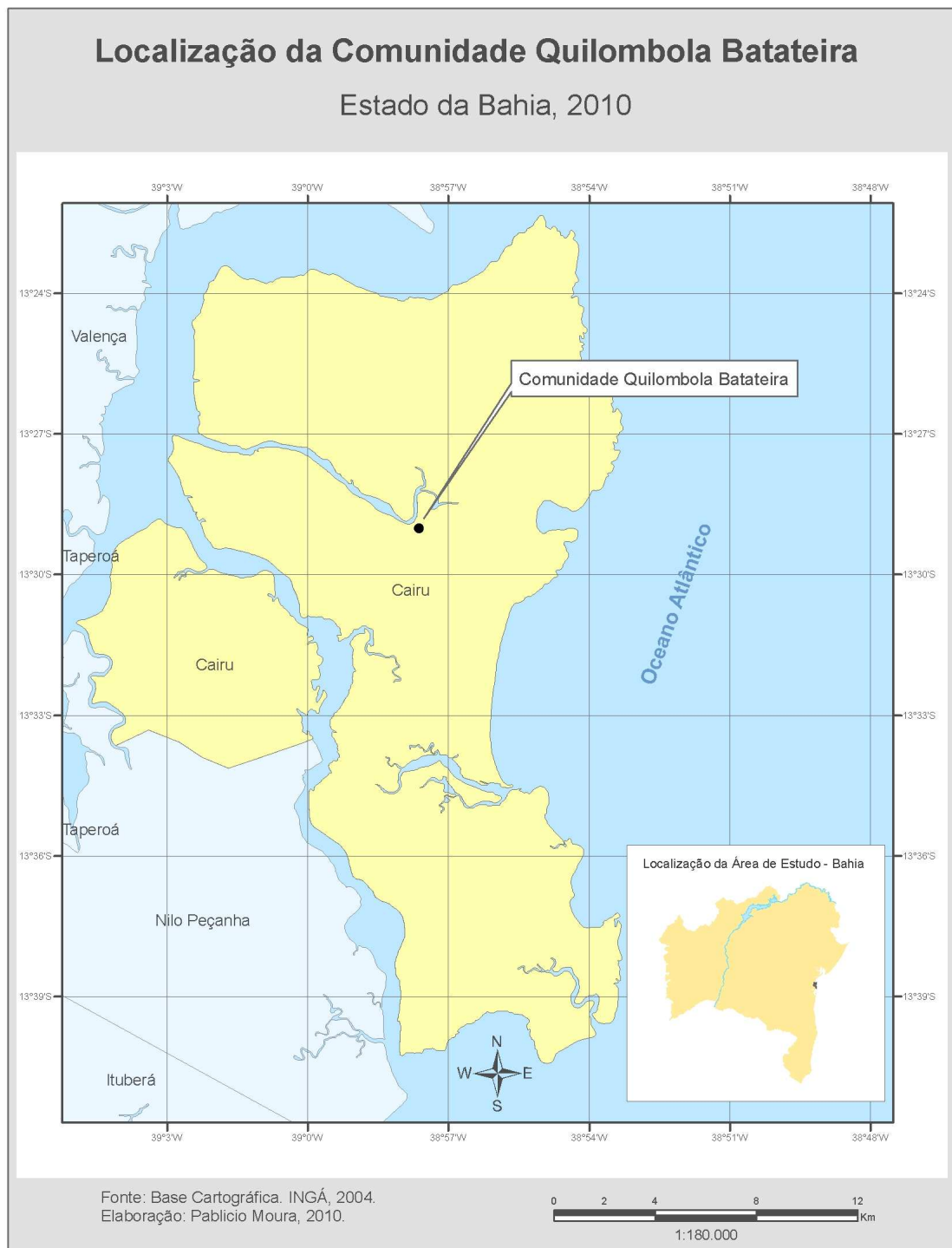


Figura 2 – Mapa de localização da comunidade quilombola Batateira, Bahia, 2010

Um político de Cairu, Manoel Palma Che Filho, conhecido também como Maneca Che, se auto intitula dono das terras da comunidade de Barateira, “concede” às famílias que já residiam neste local o favor da moradia, mas impõem algumas restrições, por exemplo: a proibição das plantações na área, dificultando o cultivo de alimentos para a subsistência e a proibição de cercas ao redor das casas.

A falta de posse das terras por parte dos moradores locais contribui para uma permanente tensão, sendo que, esta tensão foi agravada nos anos de 2009 e 2010 com o surgimento da informação sobre a negociação de venda das terras para um grupo de ingleses com objetivo de construção de um *resort*. A partir deste momento vem havendo conflitos fundiários no local.

As famílias residentes na comunidade de Batateira afirmam que o pretenso proprietário vem ameaçando derrubar todas as casas existentes na comunidade desde o mês de setembro de 2010. A comunidade, que é quilombola, vem através dos meios cabíveis buscar seus direitos garantidos pela Constituição.

Segundo Dona Maria de Lourdes (residente e parteira da Comunidade de Batateira) “Eles derrubaram a casa de minha filha e mais três casas, minha filha trabalha em Gamboa para poder ter seu sustento e eles derrubaram a casa de minha filha, falaram que voltariam para derrubar tudo. Agora nós ficamos aqui assustados toda vez que vemos um barco se aproximar”.

Algumas moradias foram derrubadas, conforme pode ser visto na Figura 4 e as famílias vivem em constante apreensão.



Figura 4 - Casa da comunidade de Batateira destruída
Autora: Gilca Garcia de Oliveira, 2010.

Composição familiar

A comunidade de Batateira é constituída por cerca de 20 famílias posseiras proveniente basicamente de duas grandes famílias que se inter-relacionam. Assim, a relação de parentesco é uma constante e o casamento é o modo de formação de novos grupos familiares, sendo comum o casamento entre primos embora alguns residentes sejam contrários a continuidade desta relação parental (ACCIOLY, 2007).

Os levantamentos dos dados socioeconômicos junto à comunidade, no dia 06 de novembro de 2010, com a moradora Valdeci mostra um acréscimo de 50 % no número de famílias, em relação ao ano de 2007. Ela informou que atualmente residem em média 150 pessoas na comunidade que formam basicamente 30 famílias. A maior parte da população é formada por crianças e jovens, dentre os adultos a maior parte é formada por homens (Figura 5).



Figura 5 - Crianças da comunidade
Autora: Gilca Garcia de Oliveira, 2010.

Condições habitacionais e sanitárias

Em 2007, na comunidade de Batateira, registraram-se 17 residências das quais 11 são construções de pau a pique (taipa) construídas em mutirão pelos próprios moradores; três

casas de tábuas e três barracos (plástico e palha de dendê). Observa-se apenas uma casa de tijolo ainda em construção, como relata (ACCIOLY, 2007).

Em levantamento realizado no trabalho de campo, tem-se que, atualmente existem na comunidade de Batateira 30 residências. As casas são bem simples e não dispõem de banheiro. Boa parte das casas possui apenas um cômodo domiciliar.

Batateira não possui qualquer tipo de assistência sanitária. Não existe sistema de abastecimento de água, energia elétrica, serviço de esgotamento sanitário e lixo, sendo este último eliminado a céu aberto e posteriormente queimado. A luz é de candeeiro, embora quatro famílias façam uso de bateria de carro como fonte de energia para televisão e aparelho de som (ACCIOLY, 2007).

Estrutura Econômica

O mangue é o local das atividades produtivas tradicionais. A população de Batateira utiliza o mangue para diversas atividades, tais como, para extração de ostras e mariscos e para pescaria. A utilização no mangue, para esses moradores, representa importante fonte de produção de alimento e fonte de renda, pois a principal ocupação dos moradores desta comunidade está relacionada à atividade de pesca e mariscagem.

De acordo com relato dos moradores de Batateira existem poucas alternativas, à mariscagem, salvo poucos homens que trabalham na Fazenda Pontal que fica a 2 horas a pé da comunidade.

Segundo Accioly (2007) as categorias profissionais estão assim distribuídas: pescadores 32,8%; marisqueiras 36,1%; catador 3,3%; estudante 24,6%; aposentado/pensionista 3,3%. Embora não exista, no povoado, colônia ou associações, 25% dos pescadores são participantes de associação de moradores e 75% associados a colônia de pescadores.

De acordo com o relato dos moradores, os principais mariscos que são utilizados como fonte de renda, para a população são: siri, ostra e lambreta, além do peixe, que as são utilizados para consumo ou vendidos.

Educação e Saúde

Na comunidade não existe escola e as crianças em idade escolar deslocam-se para o município de Garapuã. O deslocamento para Garapuã é realizado via trator. Devido a estas dificuldades o nível de escolaridade da comunidade é pequeno e para alguns a escolaridade é nenhuma. Os serviços de saúde na comunidade são inexistentes, os moradores costumam utilizar os serviços de saúde de Garapuã.

5.3. AVALIAÇÃO

A avaliação realizada tem como objetivo principal identificar de forma participativa, dinâmica e construtiva o cenário da comunidade e a atuação do Projeto Marsol, seus principais entraves, potencialidades e perspectivas.

No primeiro momento foi realizada uma reunião com o coordenador do Projeto Marsol, Miguel Accioly, para explicar o objetivo da avaliação, a metodologia utilizada e os resultados que podem ser obtidos. Nesta mesma reunião foi explicitado que o intuito era de realizar a avaliação na comunidade de Galeão-BA, pois a comunidade está mais articulada produtivamente.

Na segunda reunião, realizada com a equipe do Projeto Marsol, foi sugerido que o local para a realização da avaliação fosse alterado para uma comunidade vizinha a Galeão, a comunidade de Batateira. Esta sugestão provém do fato da comunidade de Batateira está vivendo momentos de conflitos com os pretensos donos da terra da comunidade, sendo mais relevante para a comunidade a realização da avaliação neste local.

Na última reunião realizada com a equipe do Projeto Marsol foram coletados informações sobre a comunidade e foram construídos junto com a equipe os indicadores utilizados na avaliação. Ademais, foi realizada uma reunião com o integrante do Projeto Geografar, Paulo Henrique, que trabalho junto com os integrantes do Projeto Marsol para definição da logística da viagem para aplicação da avaliação.

A avaliação na comunidade de Batateira. Estavam presentes 28 pessoas, sendo 15 homens e 13 mulheres conforme Quadro 2. Dentre os participantes estavam os pesquisadores representando as seguintes áreas de estudo: Ciências Econômicas e Ciências Sociais.

Local	Data	Homens	Mulheres	Pesquisadores	Total
Batateira/Cairu-Ba	06/11/2010	15	9	4	28

Quadro 2 – Número de participantes na oficina, Batateira, Bahia, 2010

Fonte: Lista de presença, oficina para avaliação, Batateira, 2010.

Antes de iniciar a avaliação, as avaliadoras explicaram qual o intuito e o objetivo da atividade. Depois foi explicitado o processo de votação e análise dos indicadores, como descrito a seguir: Os indicadores foram expostos em cartazes ao redor de gráficos em forma de teia de aranha (Figura 6).



Figura 6 - Aplicação da avaliação na comunidade

Autora: Danile Carvalho Sanches, 2010.

Foram distribuídas cédulas com notas de 1 a 5, conforme Figura 7.

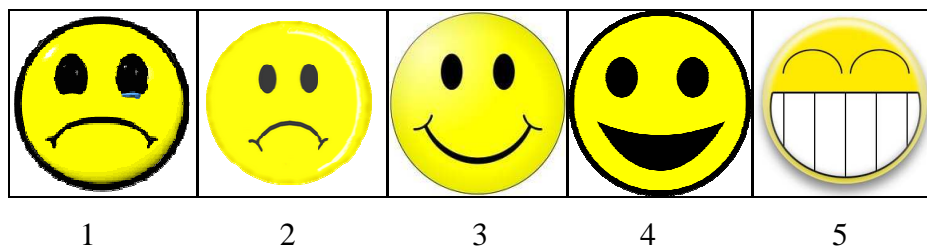


Figura 7 - Cédulas de votação
Fonte: Elaboração própria, 2010.

As notas de menor valor indicavam uma menor valorização e a de maior valor a de melhor valorização do indicador.

5.4. RESULTADOS

Nesta avaliação buscou-se inicialmente identificar os atores que se inter-relacionavam com a comunidade de Batateira, através do diagrama de Venn. Em seguida foi realizada a votação e análise dos indicadores sociais, econômicos e ambientais, aos olhos da comunidade utilizando a metodologia do MESMIS.

O diagrama de Venn pode ser visto na Figura 8 e mostra quais são os atores/órgãos que estão se articulando com a comunidade de Batateira, no âmbito da terra, sociedade e produção. Os pontos abordados foram: Questão fundiária, Atividade produtiva, Educação e Saúde.

Em relação ao primeiro ponto, questões fundiárias, foram destacados que os principais órgãos que apoiam a comunidade por ordem de importância são o Projeto Marsol, Comissão Pastoral da Pesca (CPP), o Geografar. Em menor proporção temos a Secretaria da Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI) e a Fundação Cultural Palmares (FCP). Dentre os atores que quase não se relaciona, foram destacados o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Governadoria Regional do Patrimônio da União (GRPU). O único órgão que até o momento não teve contato com a comunidade foi a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ).

A partir desse diagrama, pode-se verificar que os principais órgãos que contribuem para a resolução dos problemas fundiários enfrentados pela comunidade são o Projeto Marsol e do CPP. O principal desafio apresentado é a busca do apoio junto ao órgão nacional o CONAQ.

Os outros três pontos abordados pelo diagrama de Venn foram mais bem explorados na avaliação dos indicadores sociais. Porém os moradores da comunidade de Batateira ressaltaram que a Educação e a Saúde é desenvolvida no município de Garapuá e que o Projeto Marsol é o ator que mais se relaciona com a comunidade em relação as questões produtivas. Contudo os intermediários, a colônia de pesca e a cidade de Valença têm um importante papel.

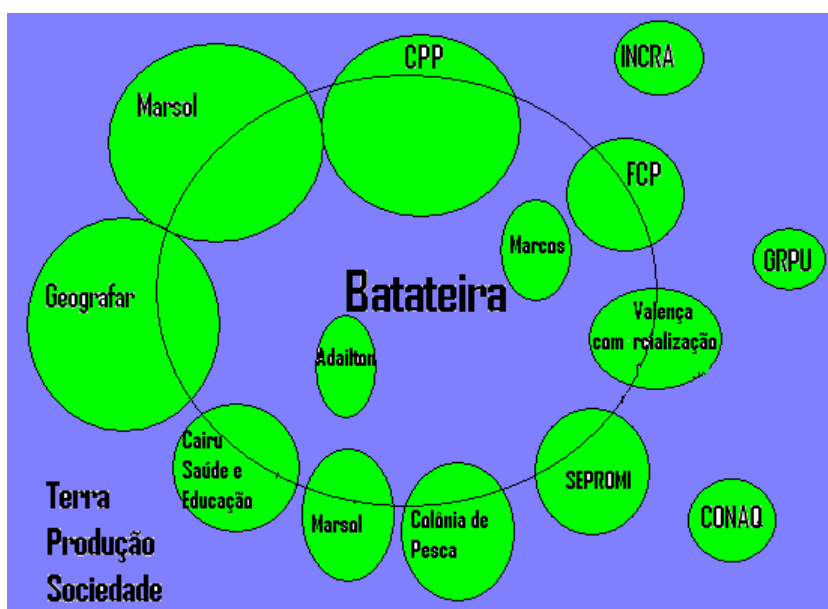


Figura 8 - Diagrama de Venn criado no dia da avaliação
 Autora: Danile Carvalho Sanches, 2010.

No segundo momento, deu-se início a avaliação dos indicadores². Os primeiros indicadores analisados foram os sociais. Os indicadores sociais (Gráfico 1) que constituíram esta análise foram: Nível de satisfação com a escola; Nível de satisfação com o transporte escolar; Acesso a atendimento médico; Acesso a medicamento; Agente comunitário de Saúde; Tomada de decisão conjunta dos familiares; Permanência na comunidade e Ação do Marsol.

² O resultado da votação encontra-se nos apêndices B.

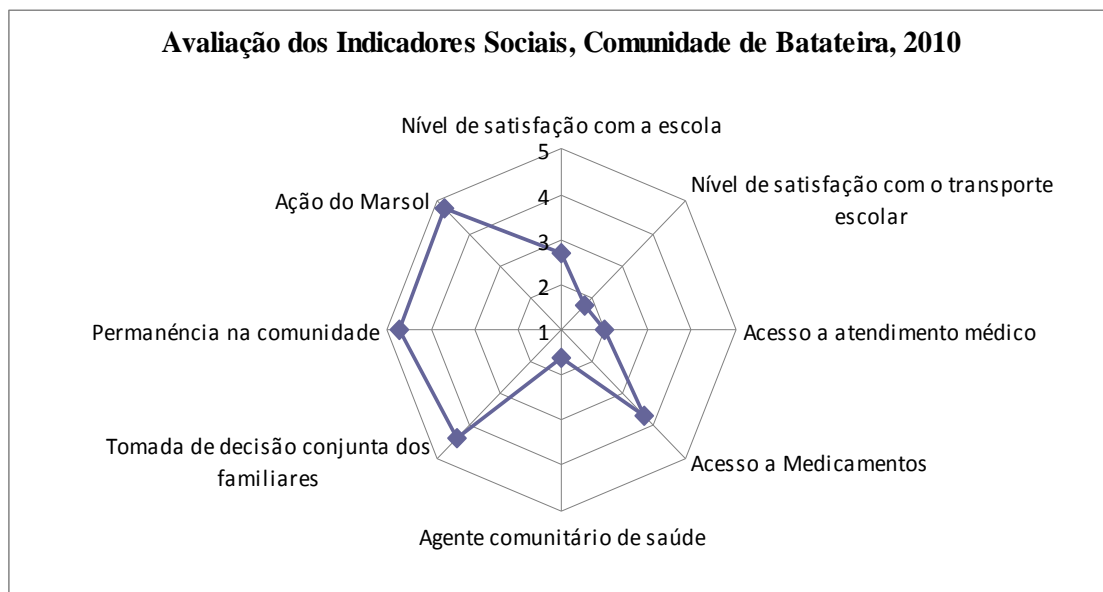


Gráfico 1 – Avaliação dos indicadores sociais, comunidade de Batateira, 2010

Fonte: Elaboração própria, 2010

Inicialmente foi abordada a questão da Educação e da Saúde. Verificou-se que ambas são realizadas no município de Garapuá, assim como já tinha sido apontado através do diagrama de Venn. Pois, a comunidade não dispõe de escola e poste de saúde.

A escola que fica localizada no município de Garapuã atende apenas as crianças e aos jovens. Os moradores da comunidade relataram que a escola tem um bom ensino, porém o tratamento escolar dado para as crianças que moram na comunidade de Batateira é diferente dos recebidos pelas crianças do município de Garapuã. Segundo Marília dos Santos (Moradora da comunidade de Batateira), “Eles tentam separar até os copos que meus filhos bebem água, pois acham que meu filho vai transmitir doença para os outros meninos.”

Na escola do município da Garapuá, não existe nenhum programa para inserção dos adultos no âmbito escolar. Contudo, esta parte deficitária da educação está sendo realizada por Claudeci (moradora da comunidade) que é a líder comunitária. Ela possui o maior grau de escolaridade, tendo realizado cursos pedagógicos nas cidades vizinhas à comunidade com o intuito de repassar um pouco de seus conhecimentos para as demais pessoas da comunidade. Hoje, Claudeci realiza aulas noturnas, na igreja da comunidade para os adultos. Em geral fez-se uma avaliação média da Educação, atingindo uma pontuação média de 2,7. Este fato deve-se principalmente a existência das aulas noturnas para os adultos, que são ministradas à noite, na igreja da comunidade pela moradora Claudeci.

Em relação ao transporte escolar que conduz as crianças para a escola localizada no município de Garapuá, os moradores relataram que se faz por um trator em más condições de uso e que passa em horários fixos (manhã e tarde), o que obriga os alunos a permanecer em Garapuã todo o dia. Esses fatores interferem na qualidade e no estímulo das crianças.

Segundo a estudante do ensino fundamental Carla dos Santos (moradora da comunidade de Batateira) “Eu não gosto de ir para a escola, depois da aula todo o mundo vai para casa almoçar e eu tenho que ficar aqui até umas 17h00min esperando o trator passar. Às vezes vou para casa a pé, mais é muito longe, para chegar em casa tenho que andar duas horas.” O transporte escolar é um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade, sendo considerado como o segundo indicador social mais frágil, obteve um pontuação de 1,8.

O atendimento à saúde foi um tópico considerado delicado na avaliação das pessoas das comunidades, pois o mesmo também é realizado no município de Garapuá. A avaliação negativa quanto ao atendimento médico tem como fundamento a dificuldade que estas famílias enfrentam para se deslocarem para a cidade para conseguirem ter acesso às fichas de atendimento. Muitas vezes tem sido necessário retornar aos seus lares sem obter o atendimento médico, pois existe um número de fichas restritas para as pessoas que moram em Batateira. Essas fichas têm como objetivo limitar o número de pacientes desta comunidade, pois o atendimento não é realizado por ordem de chegada. Os moradores da Batateira são os últimos a receberem atendimento, depois que todos os habitantes de Garapuá e redondeza são atendidos, a pontuação atingida por este indicador foi de 2,0. O Acesso a Medicamentos foi um indicador que recebeu uma boa pontuação, pois segundo as pessoas da comunidade eles têm acesso a medicamento e que este é fornecido gratuitamente e sem nenhuma burocracia pelo posto médico do município.

Sobre a atuação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) na comunidade, foi possível identificar que não existe nenhuma atuação. Este foi o indicador social que obteve a pior avaliação (1,6). Neste caso, é necessário que a comunidade se aproxime da Secretaria de Saúde e reivindique seus direitos.

Historicamente, se observa que a sociedade era baseada em um comportamento conservador, onde o responsável pelo lar ditava as decisões. Contudo, quando se avalia o quesito “tomada de decisões conjunta dos familiares” na comunidade de Batateira é possível verificar que esta

situação não mais se aplica. Este fato se explica principalmente pelo fato de toda a comunidade estar unida em prol das questões fundiárias e pelo fato da comunidade ser formada somente por dois núcleos originários da mesma família.

Dentre os fatores que são fundamentais na decisão das famílias permanecerem no campo ou partirem em busca de melhores condições em outros locais tem-se: a infra-estrutura básica, o saneamento, água encanada, estradas, acesso à educação, saúde e energia elétrica. Em Batateira não existe nenhum desses itens acima, porém a vontade das pessoas em permanecerem com seus amigos e parentes na terra onde foram criados e da onde provém seu sustento é considerada maior do que ir a busca de melhores condições em outros locais. Atualmente a comunidade vem passando por problemas fundiários, pois as pessoas que se dizem donas da terra estão tentando expulsar os moradores da comunidade de suas residências, mas a união e a vontade dessas pessoas permanecerem unidos e em suas terras é vista em cada discurso realizado, a exemplo do modo como eles costumam se apresentar, “Moro em Batateira, sou quilombola e estou aqui para o que der e vier”.

Buscou-se identificar também a forma como o Projeto Marsol e suas ações vêm sendo percebidos pelas comunidades. Esta questão foi avaliada como a mais positiva dos indicadores sociais (4,8). O Projeto Marsol, além de promover a oportunidade de criação de um sistema produtivo de ostras que pode decorrer em um aumento da renda para a comunidade também vem promovendo espaços de diálogos, trocas de experiência e apoio para resolução dos problemas fundiários enfrentados pela comunidade. No entanto, foi também observado que algumas pessoas das comunidades não têm interesse em se envolver no projeto, porque existe um histórico negativo dos projetos desenvolvidos na comunidade. Os moradores relatam que há dois anos foi realizado um projeto de carcinicultura que não obteve sucesso e desestimulou os moradores locais.

Os indicadores econômicos (Gráfico 2) adotados foram os seguintes: Preço de venda do caranguejo, preço de venda do siri, preço de venda do pescado, Preço de venda da lambreta, Preço de venda da ostra de cultivo, preço de venda da ostra de extração, Oferta de trabalho no campo, Oferta de trabalho de veraneio, custo de produção, Planejamento da produção de ostra e Presença de intermediário.

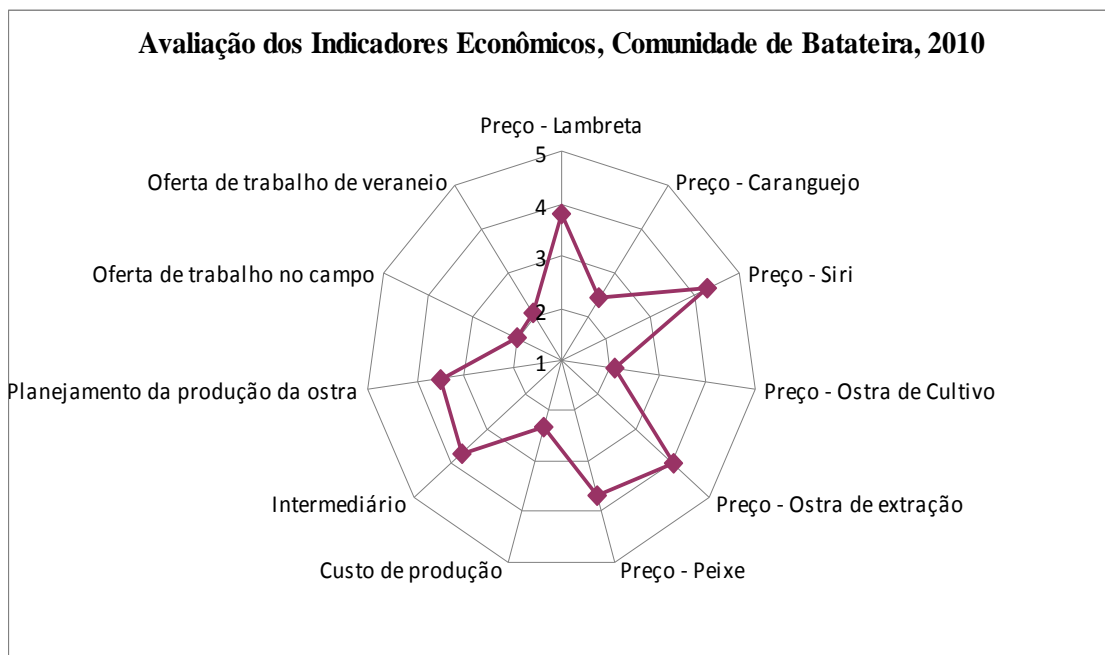


Gráfico 2 – Avaliação dos indicadores econômicos, comunidade de Batateira, 2010
 Fonte: Elaboração própria, 2010.

Em relação ao preço de venda dos produtos comercializados pela comunidade foi possível observar que o produto de maior comercialização é a Lambreta, porém o preço pago por este produto é muito baixo, entre R\$ 1,50 e R\$ 2,00 à dúzia, mas a grande vantagem desse produto é o fato de não existir sazonalidade e de ser o produto de boa comercialização, estes fatores contribuem decisivamente para uma avaliação positiva sobre este produto (3,8). Em contraposto o produto que obteve a pior avaliação foi a ostra de cultivo (2,1). Apesar do preço de mercado da ostra de cultivo ser bom, o mercado de comercialização é restrito, este fato desestimula os(as) marisqueiros(as) locais. As pessoas da comunidade destacaram que a restrição provém principalmente do fato deste marisco ser considerado de luxo.

Em relação ao preço do caranguejo é possível observar que, historicamente, o preço vem aumentando, o que é positivo para as pessoas da comunidade. Contudo, sua variação de preço durante os meses do ano afeta a avaliação desse indicador. Esta variação de preço provém principalmente da quantidade e do tamanho do caranguejo, que variam no decorrer dos meses do ano. Este indicador atingiu uma pontuação de 2,4. Os moradores relataram que devido aos problemas de degradação que o mangue vem sofrendo no decorrer dos últimos anos, vem fazendo com que a quantidade de caranguejo disponível diminua substancialmente.

O Siri por sua vez, se destaca por ser o produto que tem o melhor preço de mercado, sendo avaliado como o indicador econômico mais positivo (4,3). Este produto é vendido na maior parte das vezes catado, pois é utilizado em grande parte para a produção da moqueca de siri, prato típico da região.

A Ostra de extração é um produto de boa comercializado. O preço é considerado baixo, pois o produto é vendido a quilo e para a formação de 1 kg é necessário em média 50 unidades de ostra. Mas, em compensação a demanda por este marisco é alta, pois o mesmo também é bastante utilizado em alguns pratos típicos oferecidos na região, como a moqueca. Em comparação com a ostra do cultivo, os moradores relatam que esta ostra de extração é mais vantajosa pelo fato de seu custo de produção ser mais baixo e pelo fato que as ostras de extração está disponível em todo entorno do mangue.

Outro produto bastante relevante para a composição de renda em Batateira são os pescados. A atividade de pesca é realizada em quase sua totalidade pelos homens e representa boa parte da renda que é auferida pela comunidade. Eles afirmam que o preço do pescado é satisfatório. Apesar de existe uma variação do preço no decorrer do ano, há inexistência de sazonalidade contribui para que este indicador seja avaliado positivamente (3,7).

Em resumo pode-se perceber que os principais produtos que influenciam na composição da renda da comunidade, estão ligados a quatro principais produtos destacados segundo seu grau de importância: Siri, ostra de extração, lambreta e pescado. Os produtos que menos influencia na composição da renda são a ostra de cultivo e o caranguejo.

O custo de produção é um indicador que impacta diretamente na rentabilidade dos produtos comercializados. Este indicador depende da atividade produtiva desempenhada. Os marisqueiros(as) afirmam que o custo é baixo, em contrapartida os pescadores alegam que o custo é alto, pois a rede que é o principal objeto tem um preço alto, o que influencia diretamente no custo de produção.

Os intermediários, também denominados pela comunidade de atravessadores, são Marcos e Adailton que são moradores da comunidade de Batateira. Eles dois intermediários costumam compram os mariscos e pescados dos produtores da comunidade e comercializam em Valença para um comprador fixo. A periodicidade de comercialização é uma vez por semana,

exatamente nos dias de sexta feira. A comunidade acha essa intermediação vantajosa, pois segundo eles o preço pago pelos intermediários é compatível com o preço de mercado.

Existe uma consciência da maioria das pessoas da importância da realização de um Planejamento da produção da ostra de cultivo. Os marisqueiros tem o cuidado de realizar um planejamento levando em consideração o período certo para desenvolver a extração. E, somente realizam a extração fora do período, caso exista alguma necessidade. Contudo, eles alegam que esta produção tem um custo alto.

A Oferta de trabalho no campo é muito pequena. As poucas pessoas que desenvolvem trabalho fora da comunidade são homens que estão alocados em trabalhos árduos e cansativos na fazenda Pontal, que fica a duas horas a pé da comunidade. Os trabalhadores contratados nessa fazenda desenvolvem todo tipo de trabalho, eles consideram o trabalho tão exaustivo que muitos acabam preferindo ficar na comunidade e desenvolver o trabalho de pesca e mariscagem. Segundo Valdeci (Moradora da comunidade de Batateira e esposa de um trabalhador da fazenda pontal), “Meu marido sai cedo, às 4h00min 5h00min da manhã e só volta à noite umas 20h00minm. Meus filhos nem vê mais o pai, porque quando ele sai, eles estão dormindo e quando ele volta, os meninos já foram para a cama, eles só sabem que tem pai. Mas, ele acha o emprego bom, apesar de fazer de tudo e ser muito cansativo, ele acha bom porque tem dinheiro certo todo fim do mês”

A oferta de trabalho de veraneio é ainda pior que a oferta de trabalho no campo, quase não existe oportunidade de trabalho neste setor, pois a distância da comunidade para os pólos turísticos fazem com que estas atividades não atinjam a comunidade. A maior oferta de trabalho no fim acaba que derivando da pesca e da mariscagem.

No âmbito dos indicadores ambientais (Gráfico 3) foi analisada a qualidade da água para consumo e para pesca, a qualidade do mague, a influência da maré, a incidência da caça, o estoque de mariscos e pescado, o impacto do turismo e a condição sanitária das ostras.

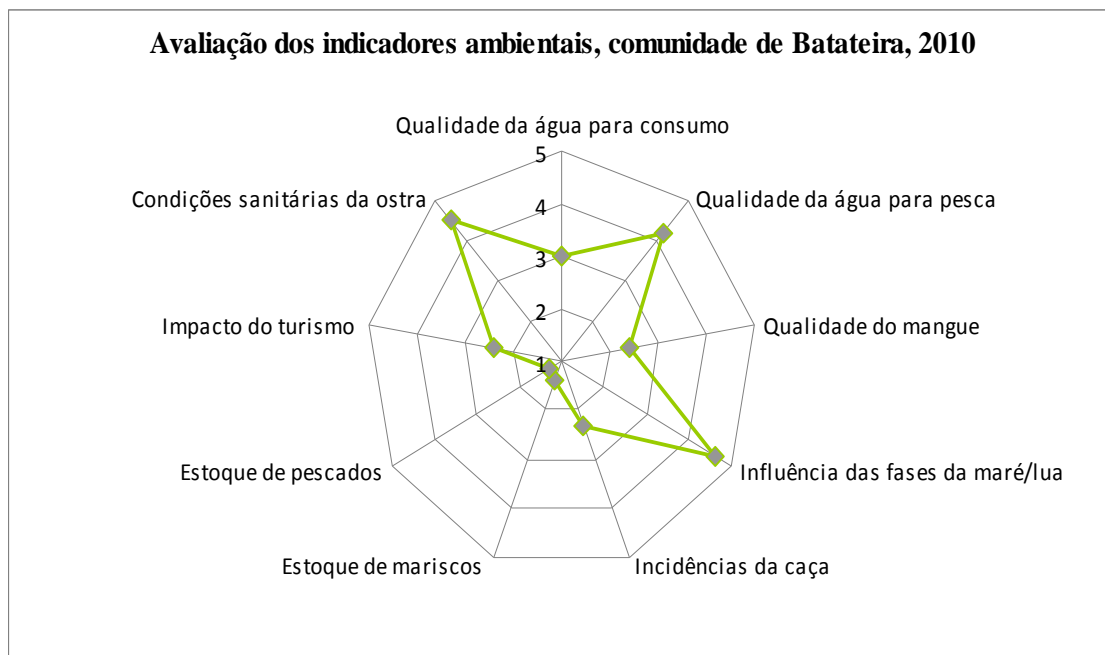


Gráfico 3 – Avaliação dos indicadores ambientais, comunidade de Batateira, 2010
 Fonte: Elaboração Própria, 2010

Historicamente, o homem é considerado o principal modificador da meio onde vive. O modo como ele interage causa fragilidades ambientais. Para a comunidade de Batateira a água é um dos principais indicadores ambientais, pois é da água que eles tiram o produto responsável pela subsistência da comunidade.

A qualidade da água para beber é considerada boa (2,9), mesmo não existindo água encanada. A água consumida pela comunidade é retirada de uma nascente onde é necessário realizar toda uma logística para levar a água de balde da nascente até a casa. É importante ressaltar, que está água é utilizada pelos moradores não apenas para beber, ela serve também para regar as pequenas plantações existentes na comunidade e serve como bebida para os animais.

Em relação à qualidade da água para pesca, a avaliação realizada pelas pessoas da comunidade é ainda mais positiva (4,2). Eles relatam que anos atrás houve uma contaminação da água do rio. A consequência dessa contaminação foi a diminuição de muitos pescados e mariscos existentes na comunidade. Segundo a moradora Marisa, “Hoje a água está em boas condições”.

Foi exposto pelos participantes da avaliação, que o “mangue está necessitando de melhorias”. No decorrer dos anos, eles estão observando que a quantidade de mariscos está

gradativamente diminuindo e um dos fatores que está ocasionando esta diminuição é a qualidade do mangue.

A influência da lua não é um fator considerado pelos moradores de Batateira. Contudo, a maré realiza grande influência sobre sua atividade produtiva, é a maré que determina o momento correto para os moradores pescar e mariscar. Por exemplo, a maré seca é a ideal para pescar e para mariscar, pois a quantidade de mariscos retirados é maior, em contrapartida a maré cheia é ruim, principalmente para os(as) marisqueiros (as), pois não é possível extrair os mariscos. “Quando a maré ta seca nós tem mais tempo para ficar no rio pescando e mariscando, já quando a maré tá cheia o rio cobre os mariscos e não dá para tirar” (Relato dos moradores da comunidade da Batateira.)

A incidência da caça é pequena e é realizada apenas para consumo, não sendo comercializado. Os principais animais caçados são: tatu, tamanduá, paca, teui, capivara, guaimbim. Os moradores da comunidade têm a consciência que a caça desses animais é proibida, porém eles afirmam que é em pequena quantidade, principalmente pelo fato de existir poucos animais na região.

Em relação ao estoque de mariscos e pescados, a comunidade observa que historicamente a comunidade sente que a quantidade de mariscos está diminuindo no decorrer dos anos. A quantidade pescada anteriormente era muito maior que a quantidade pescada hoje. Estes indicadores foram avaliados com a seguinte pontuação, respectivamente, 2,3 e 1,4.

O Impacto do Turismo foi um dos pontos mais discutidos na avaliação, foi exposto para a comunidade que a introdução do turismo na comunidade pode gerar pontos positivos, mas também pode gerar pontos negativos. Para exemplificar o impacto negativo que o turismo pode gerar em uma região para os moradores locais, tomou-se como base a história de morro de São Paulo, aonde a chega do turismo naquela localidade ocasionou na expulsão dos moradores locais, principalmente daqueles que estão em áreas privilegiadas, como é a beira do rio. Dentre os impactos positivos, foi exposto pelos moradores da comunidade de Batateira o aumento da renda através de uma maior comercialização dos mariscos e pescados. Este indicador atingiu uma pontuação de 2,4.

O último indicador analisado foi a condição Sanitária das ostras. Onde eles consideram que a ostra tem uma boa condição, apesar da água onde elas vivem e de onde vem seu alimento ser

a mesma aonde seus dejetos são eliminados. Eles analisam a água como boa porque a o rio é corrente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Batateira é uma área privilegiada, onde a natureza se faz exuberante e a presença do homem se introduz de modo equilibrado.

De acordo com os resultados obtidos a partir da avaliação de Sustentabilidade aos olhos da comunidade, utilizando como metodologia o MESMIS. É possível observar que a os moradores da Batateira tem consciência da sua relação com a natureza e a importância de sua manutenção, uma vez que, o mangue é que fornece o alimento e a renda. Apesar de ser possível observar que na comunidade existe uma pequena produção comercial, a finalidade na exploração da natureza não é a comercialização ampliada e por consequência o lucro monetário exacerbado, mas sim a sobrevivência.

A presença dessas famílias nesse espaço pode ser vista como positiva para o meio ambiente. Contudo, a localização desse território em conjunto com sua beleza natural está causando o interesse dos capitalistas. O pretense dono, Manoel Palma Che Filho (Político do município de Cairu), tenta retirar à força e à base de ameaça as famílias residentes na comunidade.

Batateira está vivendo dias conflituosos, pois a luta dessa comunidade para conquistar o território está apenas no início. Mas, a união dos moradores nesta luta pela terra, pode ser vista até mesmo no modo como eles se apresentam, “Sou morador de Batateira e estou aqui para o que der e vier”.

A introdução do Projeto Marsol –Maricultura Familiar Solidária na comunidade e a relação que ela desenvolve com as famílias residentes, tem evoluído para uma parceria que aparenta ter muito a contribuir para ambos e, que certamente trará um cenário mais positivo para a comunidade como um todo.

As atividades desenvolvidas até o momento pelo Projeto Marsol revelam que o vem ganhando espaço na comunidade, além da confiança e respeito de todos. Os resultados alcançados até o momento pelo projeto tem sido significativo para a comunidade.

A produção de ostra proposta pelo projeto traz como foco, uma alternativa de aumento de renda para a comunidade. Este projeto leva em sua base a disseminação de conhecimentos, com o intuito de facilitar a realização de uma produção sustentável.

O auxílio desenvolvido pelo Projeto Marsol na produtividade, causa dois impactos significativos na comunidade, segundo os moradores: Primeiro, ele minimiza o impacto da diminuição do volume de pescados e mariscos e segundo auxilia na conservação do mangue, promovendo alternativa sustentáveis de produção, sem a necessidade de diminuir a qualidade do mesmo.

Ademais, o projeto Marsol busca viabilizar linhas de escoamento para a produção. O que elimina a existência dos intermediários e aumenta o valor do seu produto. Essas ações realizadas pelo projeto contribuem para a manutenção das famílias em seu território.

Em relação aos outros indicadores verificam-se poucas oportunidades de trabalho e grande dependência da renda das famílias quanto aos produtos advindos do maguezal. Sendo que, historicamente observa-se uma indicação contundente da redução dos estoques de mariscos no decorrer dos anos, o que causa preocupação entre os moradores locais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Miguel; CORREA, Angélica; GOMES, Iris. **Aprender se aprende Aprendendo**. Salvador: FINEP, 2007.

ACCIOLY, Miguel. **Comunidade de Batateira**. 2007. A ser editado.

CAPORALI, R. **Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Nupaub-USP, 2002.

CARVALHO, R.S. de, GOMES, M. A. O; SOUZA, A. V. A. de. Diagnóstico Rápido Participativo como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: BROSE, Markus. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

CORDELL, John. Marginalidade social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Nupaub-USP, 2001, p. 139-160.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: USP/Nupaub, 1994.

DIEGUES, A. C. S.. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. S. Repensando e recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Nupaub-USP, 2001, p. 97-124.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FUNDAÇÃO CULTURA PALMARES. **Número de comunidades quilombolas na Bahia e em Cairu**. 2010.

FURTADO, C. Os Desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 24, n. 4, p.32, 2004.

GERMANI, Guiomar Inez; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Reconhecimento de Territórios Quilombolas: a experiência do Convênio de Cooperação Técnica na Bahia. In: **O Incra e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas**. Algumas experiências. Brasília: ed. NEAD, 2006, p. 86-115

ICO, I. **Desenvolvimento local: adaptação ou contestação?** As realidades de Garapuá e Barra dos Carvalhos-Ba. Salvador: [s.n.], 2007.

LOPEZ-RIDAURA, S.; MASERA, O.; ASTIER, M. Evaluating the sustainability of complex socio-environmental systems. The MESMIS framework. *Elsevier, Ecological Indicators*, 2, p. 135-148. 2002.

LORENÇO, M. Questões técnicas na elaboração de indicadores de sustentabilidade. In: Ministério do Meio Ambiente. **Monitoramento e avaliação de projetos: métodos e experiências**. 2002.

MANZONI, G. **Ostras: aspectos bioecológicos e técnicas de cultivo**. Itajaí: CGMA, 2001.

NASCIMENTO, A. F. do. **Economia Popular Solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do Serviço Social**. Rio Grande do Sul: 2007.

NASCIMENTO, E. P. do; NILDO, J. **Economia Meio Ambiente e Comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

OLIVEIRA, Gilca Garcia de. **Avaliação de meio termo do projeto Timbó: conhecimento científico e sabedoria popular preservando a Mata Atlântica no Vale do Jiquiriçá**. 2008.

RUA, M; SHIKI, S. **Metodologia de avaliação do desenvolvimento social e ambiental do Turismo no Nordeste Brasileiro**. Brasília: ANPPAS, 2006.

SANTOS, I. G. **Mapeamento dos cultivos de ostras existentes na Bahia e em outros estados do Brasil**. Bahia: 2005.

SANTOS, Milton. **TERRITÓRIO E SOCIEDADE entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2º edição, nov.2000.

SCHOMMER, P. C.; SANTOS, I. G. **O peso de elementos institucionais e metodológicos na balança das relações intersetoriais: análise de duas experiências que pretendem contribuir para o desenvolvimento sócio-territorial**. Bahia: EGBA, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SNUC. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO. Disponível: <http://icmbio/sisbio/legislacao.php?id_arq=49>. Acesso em 18/09/2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Em **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, I.E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C.da C (orgs).; 1995, p. 77-116.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002.

UNEP, Tom Nebbia. **Integração Entre O Meio Ambiente e o Desenvolvimento: 1972-2002**. Ecuador: Topham PicturePoint, 2004. Disponível em: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/download.php?path=116z4pnqaiulm9dmd9pq.pdf>. Acesso em: 17/09/2010.

VEIGA, J. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

APÊNDICES

APENDICE A – Projetos de pesquisa e extensão de 2003 à 2010

Fonte	Ano	Edital	Nº do edital	Objetivo	Local	Recurso	Fonte do Recurso
CNPQ	2003	Edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT-Agro	Nº 02/2003	Expandir a produção do conhecimento aplicado sobre Aqüicultura.	S.I. ³	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)	CT-AGRONEGÓCIO
Petrobrás	2004	S.I.	S.I.	Povos de Manguezais de Soure, Pará: A Vida entre a Terra e o Mar. O projeto visa atuar nos manguezais da Reserva Extrativista Marinha do Soure, contemplando ações de disseminação de boas práticas de gestão dos ambientes marinhos e a capacitação das populações extrativistas para aliar geração de renda com conservação	Pará	S.I.	Petrobrás
Petrobrás	2004	S.I.	S.I.	Projeto pescadores de futuro - gestão associativa em aqüicultura e pesca na costa dos coqueiros.	Bahia	S.I.	Petrobrás
Petrobrás	2004	S.I.	S.I.	Beneficiamento de pescados em itapissuma, Pernambuco.	Pernambuco	S.I.	Petrobrás
Petrobrás	2004	S.I.	S.I.	Maricultura Frutos da Vila. O objetivo é fomentar a diversidade da economia por meio da implantação de atividades de aqüicultura, associadas às ações de conservação da biodiversidade do ecossistema marinho, permitindo a inclusão social, contribuindo com a cidadania, fornecendo condições ao desenvolvimento auto-sustentável e promovendo o resgate educativo, cultural e turístico do município de Vila Velha/ES.	Espirito Santos	S.I.	Petrobrás
Petrobrás	2004	S.I.	S.I.	Pólo Integrado de Piscicultura - O Caminho é esse! Implantação de um pólo integrado de piscicultura em regime cooperativado na área rural de Xerém, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro	S.I.	Petrobrás

Fonte: CNPQ, 2003 a 2008; Petrobras 2004 e 2006; FINEP, 2010.

³ S.I – SEM INFORMAÇÃO.

Petrobrás	2004	S.I.	S.I.	Emprego e renda na agricultura familiar: desenvolvimento de sistemas de produção de peixes e processamento para merenda escolar, junta à associação de criadores de peixes, braspeixe, sobradinho, RS.	Rio Grande do Sul	S.I.	Petrobrás
CNPQ	2006	Edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT	Nº 016/2006	Fomentar, através da implementação e recuperação da infra-estrutura e custeio, projetos de pesquisa científica, desenvolvimento e transferência de tecnologias voltados para o aprimoramento das cadeias produtivas de recursos pesqueiros com impacto na produção e beneficiamento da matéria prima, visando a implementação de políticas públicas de forma a contribuir para aumentar a disponibilidade de alimentos, subprodutos e peixes ornamentais, de maneira sustentável na Amazônia.	Amazônia	R\$400.000,00(quatrocentos mil reais)	Fundo de Infra-Estrutura e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR
Petrobrás	2006	S.I.	S.I.	Cultivo de macrolagoas marinhas no litoral do estado de Pernambuco. Viabilizar o cultivo de macroalgas marinhas, em áreas protegidas por recifes no litoral de Pernambuco, visando à geração de emprego e renda para a população das praias selecionadas.	Pernambuco	S.I.	Petrobrás
Petrobrás	2006	S.I.	S.I.	Mapas de Pesca: identidade e pertença, uma contribuição ao ordenamento pesqueiro do Estado de Pernambuco. Ordenamento da atividade pesqueira do litoral norte de Pernambuco.	Pernambuco	S.I.	Petrobrás

Fonte: CNPQ, 2003 a 2008; Petrobras 2004 e 2006; FINEP, 2010.

Petrobrás	2006	S.I.	S.I.	Projetos Cetáceos do Maranhão. Mitigação dos fatores antrópicos que acometem os cetáceos no Delta do Parnaíba, mediante a conscientização de pescadores e a busca de fontes de renda alternativas para as comunidades.	Maranhão	S.I.	Petrobrás
Petrobrás	2006	S.I.	S.I.	Passageiros do vento e trabalhadores do mar: Conservação de aves marinhas e pesca oceânica no Brasil.	Santa Catarina e São Paulo	S.I.	Petrobrás
Petrobrás	2006	S.I.	S.I.	Apicultura como alternativa para a geração de emprego e renda para assentados rurais, pescadores artesanais e comunidades tradicionais de corumbá, MS. Contribuição para a consolidação da apicultura como uma alternativa para a geração de emprego e renda, com a capacitação de 36 integrantes de assentamentos rurais em apicultura e na produção de própolis, além do desenvolvimento do inventário da flora apícola.	Mato Grosso do Sul	S.I.	Petrobrás
Petrobrás	2006	S.I.	S.I.	Acordos de pesca e monitoramento dos lagos de várzea do médio amazonas: alternativas para manutenção e aumento da geração de renda para populações ribeirinhas da várzea. O projeto busca estabelecer bases técnica, científica e política para a conservação e o manejo ambiental e socialmente sustentável dos recursos naturais das várzeas da região central da bacia amazônica, com ênfase nos recursos pesqueiros, por meio de treinamento e capacitação, promoção de trocas de experiências, monitoramento dos lagos e continuidade da coleta de dados para a produção pesqueira.	Amazônia	S.I.	Petrobrás

Fonte: CNPQ, 2003 a 2008; Petrobras 2004 e 2006; FINEP, 2010.

Petrobrás	2006	S.I.	S.I.	Apoio à cadeia produtiva da piscicultura de pequeno porte para agricultores familiares de baixa renda. Construção de 60 tanques em pequenas propriedades rurais em baixões (fora dos leitos dos igarapés) para abastecimento de água a 60 famílias rurais de baixa renda no município de Rorainópolis e capacitação para a gestão dos empreendimentos.	Roraima	S.I.	Petrobrás
Petrobrás	2006	S.I.	S.I.	Desenvolvimennto da atividade de beneficiamento de pescado em Macaé. A proposta do projeto é incubar empreendimento solidário na atividade de beneficiamento de pescado no município de Macaé, ao promover a formação de agentes sociais e solidários comprometidos com o desenvolvimento sustentável, além de desenvolver competências em auto-gestão dos trabalhadores e realizar estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social para o empreendimento econômico e social.	Rio de Janeiro	S.I.	Petrobrás
CNPQ	2007	Edital MCT/CNPq/CT-HIDRO/SEAP-PR	Nº 035/2007	O presente Edital tem como objetivo apoiar atividades de pesquisas científicas, tecnológicas e de extensão relacionadas ao uso e conservação da água no meio rural.	Nº Informado	R\$ 4.000.000,00 (Quatro Milhões de Reais),	Fundo Setorial de Recursos Hídricos/ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR)
Petrobrás	2007	S.I.	Nº Informado	Geração de Renda, Através do Cultivo de Tilápia em Tanques-Rede por Pescadores Artesanais	Pernambuco	S.I.	Petrobrás

Fonte: CNPQ, 2003 a 2008; Petrobras 2004 e 2006; FINEP, 2010.

Petrobrás	2007	S.I.	S.I.	Pesca Sustentável no Rio Jaci - Paraná em Rondônia - Criação de Peixes em Tanques-Redes. Propõe a atividade de criação de peixes tambaqui em tanques-redes como alternativa de produção sustentável ao processo de crescimento econômico desordenado e a conseqüente degradação sócio-ambiental da região. O projeto envolve diretamente 30 famílias de pescadores e, indiretamente, toda a comunidade.	Rondônia	S.I.	Petrobrás
Petrobrás	2007	S.I.	S.I.	Peixaria Comunitária: um resgate socioeconômico para os pescadores de Sete Quedas Pretende instalar e mobiliar a Peixaria Comunitária, para comercialização do pescado diretamente ao consumidor, gerando emprego e renda para os pescadores locais. O projeto beneficia 596 pessoas.	Rio de Janeiro	S.I.	Petrobrás
CNPQ	2008	Edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT-Agronegócio/CT-Verde Amarelo/CT-Saúde/CT-Hidro	Nº 007/2008	Selecionar projetos de geração e disponibilização de tecnologias de base ecológica apropriadas para a agricultura e a aquíicultura familiares, bem como contribuir para a sustentabilidade das comunidades tradicionais, povos indígenas e pescadores artesanais.	S.I.	R\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Reais)	SEAP/PR, CT-Agro, CT-Verde Amarelo, CT- Saúde e CT-Hidro
CNPQ	2009	Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/MPA Nº 36/2009	Nº 36/2009	Gerar subsídios para o estabelecimento de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável da Pesca Marinha no Brasil, por meio da seleção de projetos de pesquisa que visem o diagnóstico da cadeia produtiva pesqueira da frota de emalhe na região Norte e da frota de lagosta nas regiões Norte e Nordeste.	S.I.	R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais)	CT-Agronegócio e do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.

Fonte: CNPQ, 2003 a 2008; Petrobras 2004 e 2006; FINEP, 2010.

CNPQ	2010	Edital MCT/CNPq/ CT-Agronegócio/ MPA	Nº 25/2010	Formação de Recursos Humanos em Pesca e Aquicultura. O Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o Fundo Setorial do Agronegócio – CT Agronegócio e o Ministério da Pesca e Aquicultura -MPA tornam público o presente Edital e convidam os interessados a apresentarem proposta.	S.I.	R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)	MPA e FNDCT/Fundos Setoriais
CNPQ	2010	Edital MCT/CNPq/CT-Hidro/MPA	Nº 018/2010	O presente Edital tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa científica e tecnológica com potencial de contribuir para o ordenamento da aquicultura em águas sob o domínio da União, visando à expansão sustentável da produção nacional de pescado, com mínimo impacto da atividade na qualidade da água.	S.I.	R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais),	Fundo Setorial de Recursos Hídricos – CT-Hidro e Ministério da Pesca e Aquicultura
FINEP	2010	CT- AGRO CHAMADA PÚBLICA MCT/MPA/FINEP/CT-AGRO – INOVAÇÃO EM PESCA E AQUICULTURA	Nº 02/2010	Seleção pública de propostas para a implementação, modernização e recuperação da infraestrutura de pesquisas, desenvolvimento e inovação em pesca e aquicultura.	S.I.	R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)	FNDCT/CTAGRO e do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

Fonte: CNPQ, 2003 a 2008; Petrobras 2004 e 2006; FINEP, 2010.

APENDICE B – Indicadores sociais, econômicos e ambientais

INDICADORES SOCIAIS
Nível de Satisfação com a escola
Nível de satisfação com o transporte escolar
Acesso a atendimento médico
Acesso a medicamento
Agente comunitário de saúde
Tomada de decisão conjunta dos familiares
Permanência no campo
Ação do Marsol
Relação Valença, Cairu, Guarapuã, Quilombolas

INDICADORES ECONÔMICOS
Preço de venda – Caranguejo
Preço de venda – Siri
Preço de venda – Lambreta
Preço de venda – Ostra de Cultivo
Preço de venda – Ostra de Maricultura
Oferta de trabalho no campo
Oferta de trabalho de veraneio
Custo de transporte para venda
Custo de produção
Planejamento da produção da ostra
Intermediário

INDICADORES AMBIENTAIS
Qualidade da água para beber
Qualidade da água para pesca
Qualidade do mangue
Influências das fases da maré/lua;
Incidências da caça
Estoque de mariscos
Estoques de pescados
Impactos do turismo

Fonte: Elaboração própria

APENDICE C – LISTA DE PRESENÇA DA AVALIAÇÃO

Lista de Presença da avaliação		
Nome	Idade	Profissão
Adailton dos Santos	20 anos	Marisqueiro e Pescador
Ademilton dos Santos	23 anos	Marisqueiro
Alan dos Santos	22 anos	Marisqueiro e Pescador
Alcides de Jesus	37 anos	Trabalhador da fazenda Pontal
Aldo dos Santos	28 anos	Trabalhador da fazenda Pontal
Alefe dos Santos	16 anos	Marisqueiro
André Mandes dos Santos	SI	Pescador
Antônio dos Santos	45 anos	Marisqueiro e Pescador
Antônio Marcos dos Santos	38 anos	Marisqueiro e Pescador
Carla dos Santos	17 anos	Estudante de Garapuá
Cosme Conceição	SI	Marisqueiro e produtor de ostra
Danile Sanches	22 anos	Estudante da UFBA
Gilca Oliveira	39 anos	Professora da UFBA
Jocicleide Almeida	25 anos	Marisqueira
José Roberto Anunciação	28 anos	Marisqueiro e Pescador
Jucimara Souza	17 anos	Estudante de Garapuá
Luana dos Santos	SI	Marisqueira
Marcolino dos Santos	SI	Marisqueiro
Maria de Lourdes	80 anos	Parteira da comunidade
Marília dos Santos	25 anos	Marisqueira
Marisa dos Santos	23 anos	Marisqueira
Naiara Maria Santana	21 anos	Estudante de Ciências Sociais da UFBA
Paulo Henrique	SI	Estudante de Ciências Sociais da UFBA
Regina Helena	SI	Marisqueira e produtora de ostra
Romildo dos Santos	SI	Trabalhador do Pontal
Simone dos Santos	SI	Marisqueira
Valdeci Anunciação	24 anos	Marisqueira e produtora de ostra
Wellington dos Santos	SI	Marisqueiro e produtor de ostra

SI: Sem Informação

Fonte: Elaboração própria